



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 8ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES - § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/11/2013

Às 18h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Adalclever Lopes, Lafayette de Andrada, Tiago Ulisses e Rogério Correia (substituindo o deputado Ulysses Gomes, por indicação da liderança do Bloco Minas sem Censura), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Estão presentes, também, os deputados Sávio Souza Cruz, Gustavo Corrêa e Tadeu Martins Leite. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.601/2013 com as Emendas nºs 3 a 6, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 (relator: deputado Zé Maia). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2013.

Zé Maia, presidente - Lafayette de Andrada - Romel Anízio - João Leite.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DA TELEFONIA, EM 27/11/2013

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Maia, Ulysses Gomes, João Leite e Romel Anízio, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Duílio de Castro (2) em que solicitam seja encaminhado ao coordenador do Procon de Sete Lagoas pedido de informações sobre os atendimentos das operadoras de telefonia no Município; e seja encaminhado ao Procon de Sete Lagoas pedido de cópia das reclamações sobre as operadoras de telefonia no Município; Celinho do Sinttrocel (4) em que solicita seja debatida na CPI da Telefonia a falta de investimentos e a defasagem tecnológica, em telefonia móvel, que vêm causando danos aos cidadãos dos Distritos de Divino do Traíra e São José do Acácio, no Município de Engenheiro Caldas; seja debatida na CPI da Telefonia a falta de sinal de telefonia móvel no Bairro Cidade Nova, no Município de Santana do Paraíso, apesar da venda de serviços pelas operadoras; seja encaminhado às operadoras Vivo, Claro, Oi e Tim pedido de providências para a melhoria da qualidade do serviço de telefonia móvel no Bairro Cidade Nova, no Município de Santana do Paraíso; e seja realizada reunião da CPI da Telefonia para debater, em audiência pública, a defasagem tecnológica, os problemas de sinal, as cobranças indevidas e os atos de desrespeito ao consumidor por parte das empresas de telefonia no Vale do Aço. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2013.

Romel Anízio, presidente - João Leite - Sargento Rodrigues - Célio Moreira.

**ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/12/2013**

Às 10h10min, comparecem na Câmara Municipal de Pedro Leopoldo os deputados Vanderlei Miranda e Célio Moreira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o enfrentamento do *crack* e de outras drogas nesta localidade e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Eloísa Helena Carvalho de Freitas Pereira, prefeita Municipal de Pedro Leopoldo; e os Srs. José Maria Soares Santos, presidente da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo; Cloves Eduardo Benevides, subsecretário de Políticas Sobre Drogas da Secretaria de Esportes e da Juventude; Gilson Santos Maciel, defensor público na Comarca de Pedro Leopoldo; o Ten.-Cel. PM José Carlos Felício, comandante do 36º Batalhão de Polícia Militar de Vespasiano; o Maj. PM Nilton Roberto da Silva, comandante da 182ª Companhia de Polícia Militar de Pedro Leopoldo; e os Srs. Daniel Buchmuller de Oliveira, delegado de Polícia Civil de Pedro Leopoldo; Mayron Cesar Tavares Tôrres, vereador da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo e Geraldo Eustáquio Alves, presidente da Abraço - Regional de Pedro Leopoldo, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Célio Moreira, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2013.

Glaycon Franco, presidente - Tadeu Martins Leite - Maria Tereza Lara.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/12/2013

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Gustavo Corrêa, Rômulo Veneroso e Lafayette de Andrada, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Gustavo Corrêa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, e do Sr. Domingos Ventura de Miranda Júnior, promotor de justiça na Comarca de Ouro Preto, publicados no *Diário do Legislativo* de 29/11/2013; e e-mail da Sra. Maria Juliana, encaminhado por meio do Fale com a Assembleia, em que solicita a aprovação do Projeto de Lei nº 472/2011, que proíbe a participação de animais em espetáculos circenses no Estado. Retira-se da reunião o deputado Lafayette de Andrada. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.922/2013 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Gustavo Corrêa, aprovado pela comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 69/2011 na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Rômulo Veneroso, em virtude de redistribuição); 579/2011 na forma do Substitutivo nº 1, que contempla as Emendas nºs 1 a 5 e 7, da Comissão de Constituição e Justiça, e pela rejeição da Emenda nº 6, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Duarte Bechir, em virtude de redistribuição); 4.051/2013 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e 4.544/2013 (relator: deputado Gustavo Corrêa). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. A presidência recebe o requerimento do deputado Duarte Bechir em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público pedido de providências para que fiscalize a existência de loteamentos e chacreamentos irregulares no Município de Piedade dos Gerais e região, conforme solicitação do Sr. Célio José de Santana, vereador da Câmara Municipal desse Município. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2013.

Célio Moreira, presidente - Lafayette de Andrada - Tadeu Martins Leite.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/12/2013

Às 9h20min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Inácio Franco e Romel Anízio, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e a votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.439/2013, no 1º turno, e avoca para si sua relatoria. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.439/2013 na forma do Substitutivo nº 2, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Antônio Carlos Arantes). A presidência retoma os trabalhos ordinários da



reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos à votação, são aprovados os requerimentos dos deputados Antônio Carlos Arantes, Romel Anízio e Fabiano Tolentino (3) em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e à Advocacia-Geral do Estado pedido de providências para a suspensão imediata dos efeitos do Ofício Circular CDFC.IEF.Sisema nº 01/2013 e de qualquer norma infralegal que vise à cobrança da reposição das florestas plantadas denominadas "vinculadas à reposição florestal"; seja realizada visita ao diretor de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar para debater a aplicação da Lei Florestal Mineira - Lei nº 20.922, de 2013 - pela polícia ambiental do Estado; seja realizada visita ao procurador-geral do Estado e ao coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente para debater a aplicação da Lei Florestal Mineira pelos promotores de justiça do Estado; Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Romel Anízio e Carlos Mosconi (4) em que solicitam seja formada uma comissão composta de parlamentares, lideranças e entidades representativas do setor cafeeiro para debater a adoção de medidas efetivas que contribuam para melhorar as condições de produção e comercialização do café, em decorrência da grave crise verificada na cadeia cafeeira no Estado; seja encaminhado à Presidência da República pedido de providências para a adoção das propostas para a recuperação da renda e da sustentabilidade do produtor de café denominadas Pacto do Café, com especial atenção para a implementação do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor; seja realizada visita desta comissão à presidente da República para debater a adoção de medidas efetivas que contribuam para melhorar as condições de produção e comercialização do café no Estado; e seja enviado ao governo do Estado e à Secretaria de Planejamento e Gestão pedido de providências para a execução das dotações orçamentárias do Fundo Estadual do Café de acordo com os valores ajustados com o setor cafeeiro; e do deputado Tony Carlos em que solicita seja encaminhado à Vale Fertilizantes pedido de informações sobre a previsão de transferência de sua sede no Município de São Paulo (SP) para o Município de Uberaba. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2013.

Antônio Carlos Arantes, presidente – André Quintão – Inácio Franco – Luiz Humberto Carneiro.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/12/2013

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Inácio Franco, André Quintão (substituindo o deputado Paulo Guedes, por indicação do MSC) e Luiz Humberto Carneiro (substituindo o deputado Fabiano Tolentino, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e a votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É aprovado o requerimento do deputado Luiz Humberto Carneiro em que solicita seja alterada a Ordem do Dia, de modo que os Projetos de Lei nºs 177/2011 e 3.799/2013 sejam apreciados em último lugar. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.995/2013, na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Minas e Energia, e pela rejeição Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Inácio Franco, em virtude de redistribuição). Registra-se a presença do deputado Romel Anízio. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 177/2011 na forma do Substitutivo nº 2, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça); e 3.799/2013 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Romel Anízio). O Projeto de Lei nº 4.351/2013 é retirado da pauta pelo presidente por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 4.615/2013, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.366, 4.498 e 4.524/2013. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2013.

Antônio Carlos Arantes, presidente.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/12/2013

Às 15h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Inácio Franco e Romel Anízio, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fabiano Tolentino, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir a insatisfação de produtores rurais com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – Crea-MG - no tocante à exigência de Anotação de Responsabilidade Técnica para a liberação de obras e empreendimentos rurais; e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil, publicado no *Diário do Legislativo* em 29/11/2013. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Patrícia Monteiro dos Santos, supervisora de Fiscalização do Crea-MG, representando o presidente dessa entidade; os Srs. José Henrique Chiarini Pena Barbosa, coordenador técnico de Administração e Crédito Rural da Empresa de Assistência Técnica e



Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, representando o secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Francisco Maurício Barbosa Simões, assessor jurídico da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, representando o presidente dessa entidade; Reinaldo Gomes da Cunha, vereador da Câmara Municipal de Claraval, representando o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Cássia; Emílio Cherek, conselheiro do Crea-MG e presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros Agrônomos; Carlos Roberto Alves, assessor da presidência do Crea-MG, e Gustavo de Faria Freitas, analista técnico da Câmara Especializada de Agronomia do Crea-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2013.

Antônio Carlos Arantes, presidente - Maria Tereza Lara - Romel Anízio.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/12/2013

Às 10h36min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Liza Prado e Ana Maria Resende e o deputado Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Doutor Wilson Batista. Havendo número regimental, a presidente, deputada Liza Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Élide de Freitas Rezende, promotora de justiça, acusando o recebimento de cópia de informações prestadas pela Secretaria de Casa Civil e de Relações Institucionais a respeito da disponibilização de equipamentos adaptados às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida para realização de exames médicos; e de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Sr. Walter Tosta, deputado federal (21/11/2013); Vander Francisco Costa, presidente do Sest-Senat (28/11/2013); Reinaldo Xavier Guimarães, presidente da Câmara Municipal de Curvelo (28/11/2013); Wanderlúcio Barbosa, presidente da Câmara Municipal de Mercês (29/11/2013); e *e-mail* do Sr. Luiz Fernando Bandeira de Mello, chefe do Gabinete da Presidência do Senado Federal (29/11/2013). A presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.344/2013, no 1º turno, cuja relatoria avoca para si. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.345/2011, na forma do Substitutivo nº1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: deputada Liza Prado). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 4.522/2013, que recebeu parecer por sua aprovação. É adiada a votação do Requerimento nº 6.355/2013. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.435/2013. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.416 e 4.432/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos da deputada Liza Prado (3) em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para que seja implantada uma central de interpretação de Língua Brasileira de Sinais no Município de Contagem; seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social de Contagem pedido de providências para que seja disponibilizado tratamento de equoterapia para Matheus Almeida Marcolino; e sejam ouvidas as pessoas presentes nesta reunião. Em seguida, a presidência passa a palavra à Sra. Kátia Ferraz Ferreira, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; e ao Sr. Mário Elias Jorge. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2013.

Liza Prado, presidente.

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/12/2013

Às 17h20min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gustavo Corrêa, Antônio Carlos Arantes, Adalclever Lopes (substituindo o deputado Vanderlei Miranda, por indicação da liderança do MSC) e Lafayette de Andrada (substituindo o deputado Leonardo Moreira, pelo BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.440/2013, na forma do Substitutivo nº 2, que contempla as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Gustavo Corrêa). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 2013.



Gustavo Corrêa, presidente - Adalclever Lopes - Leonardo Moreira - Rogério Correia.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/12/2013

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gustavo Corrêa, Inácio Franco, Leonardo Moreira e Romel Anízio, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, o parecer, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.441/2013 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: deputado Gustavo Corrêa). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.034; 6.418 e 6.528/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.566, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao Tribunal de Justiça pedido de providências para nomeação dos candidatos excedentes do concurso público realizado em 2009 para o cargo de oficial de apoio judicial, tendo em vista as inúmeras reivindicações recebidas; e 8.572, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada visita desta comissão ao governador do Estado para debater o Projeto de Lei nº 4.439/2013; que, até a realização da visita, esta comissão se abstenha de apreciar o referido projeto; e sejam encaminhadas ao governador do Estado as notas taquigráficas da 17ª Reunião Ordinária desta comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca os membros para a reunião extraordinária das 20 horas e os convoca para a próxima reunião ordinária da comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2013.

Gustavo Corrêa, presidente – Inácio Franco – Leonardo Moreira – Tiago Ulisses.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/12/2013

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Vanderlei Miranda, Glaycon Franco e Cabo Júlio (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMSC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento de ofício da Sra. Carolina Queiroz de Carvalho, promotora de justiça, agradecendo o convite para a audiência pública da comissão em 19/11/2013, na Câmara Municipal de Ponte Nova; e da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Maria Coeli Simões Pires (2), secretária de Casa Civil (14/11 e 7/12/2013) e Renata Vilhena, secretária de Planejamento (2) (29 e 30/11/2013); e dos Srs. Paulo Sérgio Martins Alves (2), secretário adjunto de Planejamento (21/11/2013); Walder Nascimento Vieira, superintendente regional da Polícia Rodoviária Federal, e Rômulo de Carvalho Ferraz, secretário de Defesa Social (28/11/2013). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.691/2013, cuja relatoria avoca a si. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.951/2013, que recebeu parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2013.

Vanderlei Miranda, presidente - Gilberto Abramo - Glaycon Franco.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/12/2013

Às 10h1min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Luzia Ferreira e Ana Maria Resende (substituindo o deputado Duarte Bechir, por indicação da liderança do BTR) e o deputado Célio Moreira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Ana Maria Resende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Alexandre Brasileiro de Queiroz, promotor de justiça, publicado no *Diário do Legislativo* de 7/12/2013; e-mails da Sra. Adriana Cristina Araújo e do Movimento Mineiro pelos Direitos Animais em que pedem a aprovação do Projeto de Lei nº 472/2011; e e-mails do Movimento Mineiro pelos Direitos Animais em que pede a aprovação do Projeto de Lei nº 575/2011. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É aprovado requerimento da deputada Luzia Ferreira em que solicita seja alterada a ordem do dia de modo que o Projeto de Lei nº 3.649/2012 seja apreciado em último lugar. O presidente faz retirar da pauta o Projeto de Lei nº 4.051/2013 por não cumprir pressupostos regimentais. O Projeto de Lei nº 4.696/2013 é retirado da



pauta atendendo-se a requerimento da deputada Luzia Ferreira, aprovado pela comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.544/2013 no 2º turno (relatora: deputada Luzia Ferreira); e do Projeto de Lei nº 98/2011 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 3, apresentado em Plenário (relator: deputado Célio Moreira). É convertido em diligência à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e à Advocacia-Geral o Projeto de Lei nº 873/2011 (relator: deputado Duarte Bechir). A presidência suspende a reunião para entendimentos. Às 13h4min, são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Célio Moreira, Rômulo Viegas (substituindo o deputado Duarte Bechir, por indicação da liderança do BTR) e Glaycon Franco (substituindo o deputado Rômulo Veneroso, por indicação da liderança do BAM). É aprovado requerimento do deputado Glaycon Franco em que solicita a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.649/2012. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.787/2013 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, que contempla a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Rômulo Viegas). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.503 e 4.528/2013. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2013.

Célio Moreira, presidente - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares.

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/12/2013

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Maria Tereza Lara (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por indicação da liderança do MSC) e os deputados Sebastião Costa, André Quintão, Dalmo Ribeiro Silva e Duílio de Castro, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores a seguir mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.771 e 4.787/2013 (deputado André Quintão); e 4.779/2013 (deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 3.926/2013 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva); 4.027/2013 na forma do Substitutivo nº 1; e 4.485/2013 (relator: deputado Sebastião Costa). Os Projetos de Lei nºs 4.061 e 4.449/2013 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva, aprovado pela comissão. Registra-se a presença dos deputados Leonídio Bouças e Luiz Henrique. Na fase de discussão do parecer em que o relator, deputado Sebastião Costa, conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 4.646/2013 na forma do Substitutivo nº 1, o deputado Duílio de Castro apresenta a Proposta de Emenda nº 1. Encerrada a discussão, o presidente submete a votação, salvo proposta de emenda, o parecer, que é aprovado. Submetida a votação, é rejeitada a proposta de emenda. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 4.771/2013 (relator: deputado André Quintão) e 4.779/2013 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva). Registra-se a saída do deputado Sebastião Costa e a presença do deputado Fred Costa. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.787/2013 com a Emenda nº 1 (relator: deputado André Quintão). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 4.664/2013 é retirado da pauta por determinação do presidente, por não cumprir pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2013.

Sebastião Costa, presidente - Luiz Henrique - Dalmo Ribeiro Silva - Leonídio Bouças.

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/12/2013

Às 16h20min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Célio Moreira, Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.946/2012, em turno único, para cuja relatoria designou o deputado Duarte Bechir. A presidência suspende a reunião para entendimentos. Às 20h1min, são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Célio Moreira, Gustavo Valadares e Zé Maia (substituindo o deputado Gustavo Corrêa, por indicação da liderança do BTR). O presidente prorroga a reunião por duas horas e suspende novamente os trabalhos. Às 20h35min, são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Célio Moreira, Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.649/2012 na forma do vencido no 1º turno, com a Emenda nº 1; e 4.696/2013 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: deputado Gustavo Corrêa). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de



proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.641/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. O presidente recebe o Requerimento de Comissão nº 8.847/2013, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 4.743/2013, que dispõe sobre a alteração dos limites do Parque Estadual Alto Cariri. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2013.

Célio Moreira, presidente - João Leite - Pompílio Canavez.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

96ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 19/12/2013

O deputado Alencar da Silveira Jr.* - Sr. Presidente, só quero lembrar ao Plenário que estamos acabando com a reeleição para a Mesa. Nestes muitos anos em que estou nesta Casa - ressalto que passei também pela câmara municipal -, entendo o que estamos fazendo aqui. O que temos hoje? A reeleição de um presidente. Comungo com o direito à reeleição. Gostaria que cada um pensasse na hora de votar. Somos nós que colocamos e retiramos o presidente dali. Quando temos um bom presidente, nada melhor que garantirmos a continuidade do trabalho. Todos aqui sabem que é muito difícil dirigir uma Casa como esta ou qualquer entidade cumprindo planos em apenas dois anos. Nada melhor que elegermos um presidente para um mandato de quatro anos, estabelecermos diretrizes para serem seguidas pela Casa em quatro anos.

Por isso mesmo sou contrário. Gostaria de contar com o apoio dos colegas nesta empreitada. É importante darmos a oportunidade a quem tem condição de continuar. Se não estiver apresentando resultados, podemos retirá-lo. Se for um bom presidente, poderá continuar. Nada mais justo que dar condições para o presidente da Casa continuar um trabalho quando ele é sério e realiza um bom trabalho. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Jayro Lessa - Sr. Presidente, a minha posição é contrária à do deputado Alencar da Silveira Jr. O deputado Dinis Pinheiro é um ótimo presidente, assim como Mauri e Alberto, que foram maravilhosos. No entanto, há outros que gostariam de ter também oportunidade. Nos 8 ou 12 anos em que ainda ficarei aqui, terei três presidentes. Realmente é importante uma oxigenação numa empresa, numa diretoria ou na Mesa desta Casa, com outras pessoas na presidência. Entendo que temos de dar oportunidade às pessoas que estão chegando. Não é porque o Dinis foi um excelente presidente, assim como outros serão, que deve ficar lá quatro anos. Qualquer um de V. Exas., a exemplo de Zé Maia e Braulio, tem capacidade para ser presidente, apesar de todas as dificuldades que existem. Falo isso com sinceridade. Se não aprovarmos essa matéria, estaremos fazendo algo que não será bom para a Assembleia por uma eternidade. Sabemos que, com o poder que o presidente tem, ele consegue ser reeleito naturalmente. Muito mais importante para um prefeito... É mais fácil reeleger-se para presidente da Assembleia que para prefeito, governador ou presidente da República, porque aqui há uma amizade direta com o presidente. Nenhum de nós gostaria de negar um pedido de um presidente da Mesa.

Peço a cada um de V. Exas. que vote pela aprovação do projeto. Por quê? Porque temos de dar oportunidade a outras pessoas que estão nesta Casa - somos 77 deputados - para trocarmos e oxigenarmos a Mesa. Não tenho nada contra Dinis, Mauri, Alberto, enfim, não tenho nada contra ninguém, mas, se a Casa não aprovar esse projeto, estará fazendo mal para ela e não fará algo em benefício dos deputados. Nesta Casa, é preciso pensar um pouco em cada um, como são e deverão ser as coisas, e não apenas na reeleição de cada um.

O cargo da presidência da Assembleia é muito honroso para qualquer um, é um cargo que qualquer deputado correto e com boa vontade pode almejar um dia. Peço a cada um de vocês que vote pela aprovação da matéria, para que possamos acabar com a reeleição da Mesa, o que é de suma importância para nós todos. Muito obrigado.

O deputado Ulysses Gomes* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é natural que todos estejam cansados. É bom que a população compreenda o empenho de todos os parlamentares no processo de votação nesta Casa, mas também tenha consciência do que está sendo apreciado. Lamentavelmente, estamos votando um projeto de lei que, na minha opinião, é grave, pois os problemas e as consequências que podem ser gerados são muito sérios.

O jornal *Hoje em Dia* publicou matéria, no dia 21 de novembro, cujo título é: "Emenda pode livrar secretário de processo. Invenção de atestado de regularidade fiscal para benefício da Fazenda pode enfraquecer a ação". Essa é uma ação do Ministério Público contra o ex-secretário. Quero ler o texto na íntegra, compartilhando-o com todos, especialmente com as pessoas que nos acompanham neste momento. (- Lê:)

"Uma emenda a um projeto de lei que tramita na Assembleia Legislativa pode ajudar o secretário adjunto de Desenvolvimento Econômico, Antônio Macedo, a se livrar de um processo de improbidade administrativa. O substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.454/2013, de autoria do líder do governo, Lafayette de Andrada, consolida todos os regimes especiais de tributação, benefícios, concessões, favores fiscais e financeiros concedidos pelo governo de Minas a empresas. Conforme divulgou o jornal *Hoje em Dia* com exclusividade, o secretário adjunto teve bens bloqueados pela Justiça por conceder regime especial de tributação a uma empresa devedora do Fisco, o que é proibido por lei. O dano ao erário teria sido de R\$6.700.000,00. A convalidação do regime pode enfraquecer a ação por improbidade, dependendo do entendimento do juiz. De acordo com o deputado Andrada, o objetivo do artigo é, por meio da convalidação, isentar empresas de apresentarem atestado de regularidade fiscal para conseguir o benefício".



Enfim, companheiros e companheiras, tenho tido a oportunidade de participar como membro efetivo representando a nossa bancada e o nosso bloco na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária desta Casa, e tenho visto, ao longo desses 3 anos, como membro efetivo dessa comissão, vários projetos dos chamados RETs, os regimes especiais de tributação, tramitarem ali na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Trata-se de um regime que o governo concede e, após sua concessão, é encaminhado para a Assembleia, onde é votado apenas em um turno na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária sem que venha para o Plenário. Votação essa que apenas confirma aquilo que o governo já concedeu: um regime especial de tributação a algum setor da indústria mineira.

Por exemplo, dentro da ação e dentro dos questionamentos que por muitas vezes tive a oportunidade de fazer na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o que sempre me deixou alerta e indignado foi o fato de que votamos um regime especial de tributação para um setor, mas o governo só concede para uma empresa ou para algumas empresas. Quais são elas? Aquela que é amiga, aquela que tem um padrinho, aquela que é abençoada, aquela que, quem sabe, deve conceder algum favor. Tive a oportunidade de acompanhar algumas empresas que entregam a documentação, pagam a taxa de R\$1.500,00 para que a sua documentação seja avaliada por um, dois, três, quatro meses. Porém, a empresa com tudo regular não consegue autorização para receber o regime especial de tributação.

Essas foram algumas das observações, alertas e questionamentos que fizemos durante esses anos em cada um dos RETs que ali votamos. Surpresa ou não, passa-se um tempo e vimos a denúncia contra o secretário, hoje encaminhada em um processo pelo Ministério Público, de que havia favorecimento desses RETs. É claro que o processo está em tramitação até que venha a ser julgado, mas existem muitas provas, segundo o relato do Ministério Público, que comprovam, obviamente, esses favorecimentos. Por exemplo, indago o Ministério Público acerca do motivo por que, das 600 empresas atacadistas do Estado de Minas Gerais, apenas 12 receberam o RET, ou seja, para todo o setor, apenas 12 das 600 receberam esse benefício do regime especial de tributação. É de se questionar, sim, o porquê de só algumas dessas empresas terem tido a oportunidade de receber esse benefício do governo, mesmo várias delas participando do processo e solicitando o regime especial de tributação.

Apresentamos algumas emendas, as quais iremos votar em seguida. Vamos destacar para poder explicar cada uma delas. Dentre as oito emendas que apresentamos, de forma especial, quero aqui destacar a Emenda nº 5, que altera o art. 225 e sugere o seguinte: “O Poder Executivo, sempre que por outra unidade da Federação conceder benefício ou incentivo fiscal ou financeiro não previsto em lei complementar ou convênio celebrado, nos termos da legislação específica, poderá adotar medidas necessárias à proteção da economia do Estado. § 3º - A forma, o prazo e as condições para implementação da medida se aplicam automaticamente a todo contribuinte do setor sobre o qual ele incida, observados os requisitos objetivos relativos à concessão dos regimes especiais”. A nossa proposta é exatamente essa, para que possamos dar condições de disputa no mercado iguais para os que são iguais, ou seja, quando for aprovado um regime especial de tributação, que o benefício seja concedido a todas as empresas do mesmo setor. Que não seja um controle do Estado para conceder apenas aos que se sentam ao redor da mesa, aos que conversam, mas que se deem garantias e direitos de ter o benefício a todos do mesmo setor.

O risco da aprovação desse projeto é que possamos não só vir a corrigir esses problemas que existem na legislação, mas que as correções venham a convalidar equívocos, erros ou crimes como aqui relatados pelo jornal por denúncias do Ministério Público. São empresas que não tinham certificados, empresas que não tinham documentação e foram beneficiadas, empresas do mesmo setor que não tiveram o benefício, mas que foram favorecidas.

Além de mudar a regra daqui para frente, retirando essas obrigatoriedades, a proposta de lei que será aqui votada propõe a convalidação de todos os erros, para não dizer outras palavras, deputado Rogério Correia, que foram cometidos. Propor a correção, a eliminação, o ajuste de documentos daqui para frente é uma opção do Estado. Não precisar mais desses certificados, dessas regularidades fiscais é uma opção; podemos aqui concordar com elas. No entanto, que essas mudanças sejam feitas de hoje para frente. Não cabe a esta Casa, diante de diversas denúncias, equívocos e irregularidades, companheiras e companheiros, convalidar atos que comprovadamente são irregulares e que por essas provas mostram que foram feitos por favorecimento. Não é à toa que o secretário foi afastado e que estamos aguardando a decisão desse processo para ver de fato quais as provas, denunciadas por diversos servidores...

Vou destacar com ela, deputado Jayro Lessa. Há oito emendas que, na oportunidade, quero encaminhar, mas, em especial, para não mexer em todos os acordos, nas conversas, nos ajustes da legislação daqui para frente, que são legítimos em alguns aspectos... Acho que a Emenda nº 5 é justa, já que ela garante que o benefício aqui aprovado seja para todo o setor e não apenas para os amigos do rei.

Quero encaminhar favoravelmente ao projeto nesse sentido, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Jayro Lessa - Até entendi o que o deputado Ulysses Gomes estava falando, e talvez eu tenha entendido errado. Ele colocou na Emenda nº 5 que qualquer vantagem fiscal dentro do Estado vale para todos os setores, e não somente para as empresas que buscarão. Ou seja, a lei será para todos. Acho válido, porque realmente existem dificuldades no Estado, na secretaria, dificuldades gerais. Às vezes a empresa que é pequena, do mesmo setor, não vai crescer, já que ela está desigual com a empresa-mor, que tem uma capacidade maior de articular.

Entendo que deveríamos votar a Emenda nº 5 pela aprovação, porque será um bem para Minas Gerais, um alívio para a Secretaria da Fazenda, que precisa ficar escolhendo quem vai ou não ganhar os incentivos. Acho que para o Estado e para os empresários é bom; mesmo para quem nunca ganhou e vai passar a ganhar também é bom. É uma emenda “ganha-ganha”, todos saem ganhando.

O deputado João Leite - Sr. Presidente, precisamos tomar cuidado porque Minas Gerais tem 853 municípios, tem a área fria, tem o semiárido. Quando jogamos todas as empresas do Estado no mesmo balaio, estamos tratando de algo de um tamanho que não temos condições de avaliar agora. Devemos ter cuidado em relação ao que está previsto na legislação. Obrigada.



O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, vou também fazer um encaminhamento rápido do projeto, pois não poderia deixar de marcar uma posição contrária em relação a ele. O deputado Ulysses Gomes já relacionou a maioria das justificativas, e concordo com tudo aquilo que ele aqui disse, sobretudo quanto a algumas emendas que procuram corrigir distorções.

Para que os deputados tenham uma noção do que estamos votando, o governo está, em várias partes do projeto... Aliás, esse projeto foi apelidado pelo deputado Adalclever Lopes de “carrapatão”. Perguntei a ele o porquê desse nome, e ele me disse que “carrapatão” é aquele carrapato grande do qual, na roça, se fala que vai carregar o boi. Esse carrapato cresce tanto que chega uma hora em que acham que ele vai carregar o boi. Então “carrapatão” foi o nome carinhoso que esse projeto adquiriu. Quando é assim, pode-se notar que o projeto já têm alguns vícios, porque vão se incorporando nele várias questões que estavam fora daquele objetivo. Assim, ele vira esse monstro, que no caso é o “carrapatão”.

Mas esse projeto, em suma, vai permitir redução de alíquotas, de ICMS, e de outros tipos de isenções. O fato é que a própria Secretaria de Fazenda estimou que haveria uma perda de arrecadação no município com esse projeto, de R\$33.000.000,00. E R\$33.000.000,00 podem não parecer muito dinheiro, mas, para o Estado que está quebrado e falido, ficar abrindo mão de R\$33.000.000,00, sem nos convencer disso... Como disse o deputado Ulysses, muito para amigos do rei. Não há uma questão generalizada nem um estudo feito.

O projeto vai acertar para determinados setores que interessam ao governo. É estranho que ele venha logo num ano pré-eleitoral e vai entrar em execução num ano de eleição. Serão mais ou menos R\$33.000.000,00 de isenção nesse projeto. Ele vem como uma política do governo, constante para isso, que são aquelas RETs, aprovadas na Comissão de Fiscalização Financeira, dando isenção para um monte de empresas escolhidas. Essas empresas vêm aos montes, não sabemos nem quais são elas nem se há necessidade ou não delas. Mas tenho a certeza de que são empresas que depois serão procuradas, na época de campanha eleitoral, e darão suas contribuições legais. Isso evidentemente ocorrerá. São isenções dadas para empresas escolhidas.

Ora, é impressionante como um projeto desses chega para votação dessa forma. Na Comissão de Fiscalização Financeira, aprovam aos montes esses projetos ali colocados. Não estou aqui fazendo nenhum exagero. São isenções que não têm critérios. Os critérios não são escolhidos, não é para um determinado setor, como bem lembrou o deputado Jayro Lessa - e concordo com ele -, é para tal empresa. Não há condições de essas questões serem postas da forma como estão fazendo. Sobre essas, nem sei do que o Estado já abriu mão de arrecadar. O Sindifisco diz que o Estado já abriu mão de arrecadar bilhões, neste tempo inteiro. Tenho depois até de pegar a cartilha para saber quanto. Mas vejam a irresponsabilidade do governo, parece até que tem dinheiro sobrando no Estado, que, todos nós sabemos, está quebrado. O Estado de Minas está tão quebrado que não consegue resolver problemas prioritários.

Disse outro dia aqui, deputadas, deputados, deputado Ulysses Gomes, que o governo não conseguiu, este ano, fazer um combate à dengue de maneira eficaz. O Estado de Minas Gerais foi o campeão da dengue. O deputado Doutor Wilson não gosta que eu diga isso, mas é verdade, fomos campeões de casos da dengue em Minas Gerais.

Minas ganhou mais um título, o de campeão da dengue. Foram 111 mortes causadas pela dengue, as que sabemos. Tivemos 350 mil casos notificados. Poderia ser mais, porque o governo, a Secretaria de Saúde de Minas Gerais estavam escondendo a dengue. Diziam que era uma gripe, uma virose que estava chegando. A gripe, a virose, era dengue. Quando a pessoa insistia, fazia-se o exame, e, tiro e queda, o resultado era dengue. Na minha família houve dois casos.

O governo não combateu a dengue, e tivemos 350 mil casos notificados, que poderiam ser muito mais, pois, repito, estavam trocando dengue por gripe, gato por lebre. Além disso, deputado Durval Ângelo, foi dito pelo governo, pelo secretário, e fiquei preocupado, que se tratava de um mosquito diferente, que era um “Aécio aegypti”, desculpem-me, *Aedes aegypti* diferente. Disse que esse aqui era diferente. Por acaso, mosquito tem de ter passaporte para mudar de um estado para outro? O nome do mosquito é “Aécio aegypti”, *Aedes aegypti*. Esse mosquito era A, o outro era B, o outro, C, mas esse só ficou em Minas. Não foi para outro estado, porque eles pedem passaporte e não deixam entrar. Na Bahia não entra, pois é muito calor. Ele só gosta do clima do Norte de Minas para baixo; para cima não vai. Também não gosta dos ares praianos, portanto não vai para o Rio de Janeiro. Só vai até Lajinha. Do Espírito Santo também não gosta, pois são ares praianos. Não vai à região da Zona da Mata, no Leste, não vai porque já começa a sentir esses ares. De Juiz de Fora para lá já tem dificuldades de ir por causa da praia. No Sul de Minas, só vai até o limite de Extrema e Pouso Alegre. Não passa porque é muito frio e também tem a poluição de São Paulo. Ao Triângulo também o mosquito não vai, não gosta muito daqueles ares, porque depois vai a Mato Grosso - tem lá o Pantanal, e ele tem medo de jacaré. O “Aécio aegypti”, ou melhor, *Aedes aegypti* tem medo de jacaré.

Vejam bem, vem o secretário dizer que é um problema porque é um mosquito diferente. Será que não foi para outros estados? Acho que foi, pois ele não tem de apresentar passaporte para ir para outros estados. O secretário disse, também, que era época de eleições. Tivemos eleições, trocou-se o prefeito, a administração, e não tiveram condições de fazer um bom controle. Mas houve eleições no Brasil inteiro, não foi apenas em Minas. Por que Minas Gerais foi a campeã de casos?

Secretário, sinceramente! Faltaram recursos? Se faltaram, o governo está jogando fora agora R\$33.000.000,00. Disse que vai gastar R\$70.000.000,00 com a dengue. Devem estar achando pouco. Não gosto de torcer para dar errado. Fiz até um projeto de lei, que está na Comissão de Justiça parado, que era para criar uma entidade real de combate à dengue, uma espécie de fundação de combate a epidemias, mas para trabalhar realmente com as causas, com a motivação, com o combate, enfim, para estudar cientificamente a dengue. O meu projeto não passou. Será, então, que R\$70.000.000,00 não são suficientes? Não é possível que não o sejam. Mas tudo bem, se é por causa de dinheiro, como vamos aprovar um projeto em que o governo abre mão de mais R\$33.000.000,00? É um bom recurso, por exemplo, para se fazer o combate à dengue.

Sr. Presidente, vou votar contra esse projeto, porque o Estado está quebrado, falido, Minas está quebrada, o Aécio a quebrou. E ainda abrir mão de dinheiro? Não se abre mão de dinheiro para investir em saúde, educação, mas para os empresários. Nesse caso, não há choque de gestão. Para os grandes empresários não há choque de gestão, mas saco de bondades, em especial em véspera de eleições. Nessa época, abre-se mão de impostos, reduz-se ICMS, reduzem-se alíquotas. Em véspera de eleições, é uma beleza fazer



isso para empresário. No entanto, vão cortar o “pé na cova” para as professoras, não dão dinheiro para elas se alimentarem. Para isso é choque de gestão. Para o empresário, tudo; para o povo, nada! Eh, governo! Voto contra, Sr. Presidente.

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, não vou gastar o tempo de uma hora para discussão. Quero acalmar meus nobres colegas, até porque temos uma pauta extensa e não é o meu desejo hoje permanecer na obstrução, inclusive não é a posição do nosso bloco. Mas não poderia deixar de fazer o encaminhamento contrariamente a este projeto de lei.

No primeiro argumento tentei expor aos deputados a inconstitucionalidade da votação do projeto de lei complementar neste momento. Deputado Bonifácio Mourão, com todo respeito que tenho a V. Exa., a sua justificativa não me convenceu, porque no projeto de lei complementar o governo já cria uma entidade. Então, ao sancionar esse PLC, já estará dando aval para criação dessa entidade de direito privado, o que não pode ser feito no ato da constituição. Então, esse é o problema da votação anterior. Provavelmente, se a PEC não for aprovada a tempo, o governador terá de vetar o projeto. Em todos os casos, a Assembleia caminhou procurando discutir o projeto. Inclusive vamos alertar o Ministério Público para mais esse problema, porque esse projeto de lei diz respeito também à vida de todos os servidores que entrarão no serviço público daqui para frente e estabelece essa nova lei complementar.

Em relação a essa nova lei complementar, expus já no debate no primeiro turno alguns senões que gostaria de rapidamente lembrar. O primeiro deles é que este projeto não é - expliquei, inclusive, à deputada Maria Tereza Lara - o mesmo projeto aprovado pelo governo federal. Às vezes, aqui em Minas falam assim: tal estado fez igual; o Estado é governado pelo PT; no governo federal fizeram igual. Então, o argumento nunca é do conteúdo, é sempre se é diferente ou igual a alguma administração que o PT fez. Não considero que isso seja centro de um argumento. Pode ser até uma justificativa, mas não o centro de um argumento.

Mas neste caso não é o mesmo. Por exemplo, o projeto do governo federal, deputada Maria Tereza Lara, foi aprovado pela lei complementar com três fundos específicos, os quais foram criados: um para o Poder Judiciário, um para o Poder Executivo e um outro para o Poder Legislativo. Agora no substitutivo criou-se um fundo porque não havia nenhum. Esses fundos criados serão gerenciados por algo para que não se prevê aqui a licitação. Então, a empresa não terá, obrigatoriamente, de ser licitada. No projeto do governo federal obriga-se a licitação, e isso ficou lá claro. Portanto, esses são dois problemas enormes, duas grandes diferenças.

O outro problema é que aqui não foi nada discutido com os sindicatos, com os servidores públicos, com ninguém. Esse projeto chegou aqui rápido e rasteiro. Aprovou-se o Funpemp. No governo federal quem enviou esse projeto para lá foi o Lula em 2007, mas foi aprovado agora, em 2012. Portanto, foram 5 anos de discussão. Isso foi maturado, discutido com os servidores, alterado. Houve uma série de questões colocadas, levantadas, modificadas pelos deputados e senadores. Passou na Câmara, depois no Senado. Voltou para a Câmara, voltou para o Senado. É um projeto que foi discutido com as entidades e com os próprios deputados e senadores. Já esse, não. Esse projeto chegou aqui e é difícil saber qual deputado tem conhecimento dele mesmo e o que está alterando na lei complementar. O único argumento que ouvi do governo aqui foi o seguinte: o governo federal fez igual. Foi o único argumento. Primeiro, não é igualzinho. Segundo, o que consta nele? O que foi feito lá tem de ser feito aqui? Não necessariamente, senão não precisaria de lei nem da Assembleia Legislativa. Se já foi feito em Brasília, feche-se a Assembleia Legislativa, afinal já foi feito lá mesmo. Isto não é argumento: existe lá, foi feito lá. Ora, então para que está sendo votado aqui?

É exatamente para fazermos um debate real da situação da previdência complementar em Minas Gerais. Nem nós nem os sindicatos fizemos esse debate.

Aliás, deputada Maria Tereza Lara, no dia em que os sindicatos vieram aqui, a secretária Renata Vilhena também veio. Os sindicatos disseram para ela: “Secretária, você nos apresentou isso. Dissemos que topávamos fazer a discussão e o debate”. Haveria até um fórum que seria realizado na Assembleia Legislativa para que os sindicatos debatessem o tema, já integrando então a discussão dos sindicatos com os deputados. A secretária, em vez de fazer isso, resolveu rapidamente enviar o projeto para pegar carona no projeto do Funpemp. Ela não se comprometeu a fazer nenhum acordo de debate com os sindicatos. São diferenças enormes, e o trâmite também, de um projeto e de outro.

Por fim, é um projeto oportunista, porque ele está vindo aqui mais para justificar o Funpemp. Esse fundo foi um verdadeiro absurdo, foram R\$3.500.000.000,00 que o Estado roubou do servidor público. Aquilo era recurso do servidor público, do fundo de previdência. O governo não poderia fazer o que fez. Isso está na Justiça, e dificilmente o governo ganhará. Sabe o que vai acontecer? E o governador Anastasia sabe disso. Aqui até retiro os elogios que fiz a ele no projeto anterior por causa da irresponsabilidade nesse projeto. Agora me lembrei disso, o deputado Durval Ângelo tem razão. Lembro agora a irresponsabilidade dele quando enviou esse projeto. O governador sabe muito bem que isso é inconstitucional e que ele perderá dinheiro e recurso para o Estado por causa desse projeto. Ele não terá a liberação de verbas, que são eventuais para o Estado, porque a lei não permite se ele não tiver a liberação do Ministério da Previdência e não estiver regular com a Previdência no Estado.

A Previdência avisou que não poderia ser retirado o dinheiro do fundo. Isso é uma irregularidade, não terá o Certificado de Regularização Previdenciária. Não tendo esse certificado, o governo perderá recurso. O que ele fará? Ele entrará na Justiça para tentar receber esses recursos. Evidentemente, como aconteceu em Alagoas, a Justiça derrotará o governador. Se não for a Justiça mineira, será o STF. Um dia algum governador precisará repor os recursos ao fundo de previdência que o governador retirou agora, o que é uma irresponsabilidade com o futuro, tanto com a previdência quanto com o caixa do Estado.

Esse PLC nº 53 acompanhou a ideia do fim do Funpemp. Por isso não podemos aprovar. A retirada dos R\$3.500.000.000,00 do dinheiro do servidor público do fundo de previdência foi o que chamamos de rapar o tacho. O governo rapou o tacho porque ele espera ter uma folga de uns R\$700.000.000,00, R\$800.000.000,00, que é o que ele deposita no fundo para pagamento dos servidores e deixará de depositar enquanto gasta esse dinheiro. Isso dará uma sobrevida de uns cinco, seis meses para o governo para que o choque de gestão não seja completamente desmascarado - se é que pode ser mais desmascarado do que já foi - durante o ano eleitoral.

Portanto, até um ato, deputado Durval Ângelo, de irresponsabilidade como esse o governador Anastasia está topando fazer para proteger o senador e sua candidatura neoliberal. Se o choque de gestão for agora evidentemente explicitado como um projeto falido, como o é, a candidatura do senador, que já não decola, decolará menos ainda. O governador está preferindo fazer, para esconder esse



fato do Brasil, um ato de irresponsabilidade de gestão impressionante. Isso é colocar em risco o Estado, até o recebimento de recursos da União, que é o que fala a lei.

Depois não adianta dizer que estão sendo perseguidos pela presidenta Dilma. Isso é legal. Se o Ministério da Previdência conceder o Certificado de Regularidade Previdenciária para o Estado de Minas Gerais, quem conceder esse certificado estará cometendo ato de improbidade administrativa, de descumprimento da lei. Então, depois, deputados Luiz Humberto Carneiro e Antonio Lerin, não venham dizer que a culpa é da presidenta, que está perseguindo Minas Gerais. Não será. Já fica aqui dito para os telespectadores. O ato de responsabilidade do governador ele já conhece agora. Quando não vierem as verbas, não culpem a Dilma por isso; culpem o próprio governador do Estado e esta Assembleia Legislativa por terem terminado com o recurso do Funpemp e ficado inadimplentes com o ministério.

A lei obriga a presidenta da República, o governo federal, seja ele qual for, a não conceder o certificado se o estado não estiver em dia com a previdência. Ao retirar o dinheiro do fundo do servidor, passa a estar irregular com o Ministério da Previdência. Então, está explicado.

Governador, não dê desculpas depois e nem coloque o senador para ir ao Senado - isso quando ele vai - para falar mentira e dizer que a Dilma está perseguindo Minas Gerais, que ela não é mineira. Ele gosta de falar isso. Diz que ela não é mineira, que mineiro só é ele, que nasceu aqui, que é o único mineiro da face da Terra. Vai falar mentira no Senado. Então, que fique desde já claro aqui que isso é uma obrigação do governo federal. Retirar a verba do Funpemp é um ato de irresponsabilidade de gestão, do maldito choque de gestão que quebrou Minas. Infelizmente, é preciso lembrar que Aécio quebrou Minas. Então, vou votar contra esse projeto.

Fica aqui também uma lembrança nossa para esse caso da previdência complementar, essa situação de reparar o tacho do Funpemp. E refiro-me ao caos em que se encontra o Estado em vários pontos. Hoje citei a saúde. O governo federal está implantando o Mais Médicos, que é sucesso mundial, já virou referência mundial, até o senador elogiou esse programa. Isso agora; primeiro, não quis deixar votá-lo. Ele não queria também baixar a conta de luz. Repito: agora até o senador está elogiando o Mais Médicos. Aqui, infelizmente, estamos com um problema sério como esse da dengue. Fomos campeões da dengue, deputado Doutor Wilson Batista. Fomos campeões no ano passado e seremos no próximo ano também.

O deputado Doutor Wilson Batista quer me fazer um aparte.

O deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Agradeço-lhe. Solicitei este aparte apenas para fazer algumas considerações. Quando Aécio Neves elogia o programa Mais Médicos, ele o faz com algumas correções, e não com a aberração como está sendo mostrado. Com relação à vinda de médicos, todos somos de acordo, mas que se pague ao profissional, e não ao ditador lá em Cuba. O médico vem aqui ser escravizado apesar de ter um diploma que levou anos para adquirir. Então, precisamos aprovar o projeto, elogiar, mas não da forma “mutada”, com essa aberração que se fez no Mais Médicos, que, com certeza, daqui a cinco, dez anos não vai trazer resultados, como está ocorrendo com a educação.

Saiu recentemente o relatório sobre a educação, e o Brasil ocupa o 58º lugar no *ranking* de qualidade de educação no mundo. Isso é um absurdo. Após 10 anos, 70% dos alunos no Brasil - está no relatório e posso passar a fonte -, não têm nível de qualidade em conhecimentos básicos de português, matemática e ciências. O PT está promovendo muitos avanços, mas, na realidade, isso não está acontecendo entre a nossa população.

Podemos citar também a área da saúde. No Rio de Janeiro, 12.500 pessoas esperam na fila para pegar uma senha e agendar uma consulta, e não para serem atendidas. Há pessoas frágeis, doentes, chorando nas filas para pegar uma senha e agendar o atendimento.

Queria, deputado Rogério Correia, saber se esses médicos que o governo federal está trazendo, pelo programa Mais Médicos, vão retirar esses pacientes das filas das cirurgias cardíacas, ortopédicas e oftalmológicas. Os pacientes estão morrendo nas filas aguardando essas cirurgias.

São questões graves e sérias que o PT, nos seus 10 anos de governo, não resolveu. Ele não conseguiu trazer todos esses benefícios para a população. Sem falar das obras que ele tanto prometeu no PAC, que hoje é o programa de aceleração da queda. Eram essas as minhas considerações. Obrigado pelo aparte.

O deputado Rogério Correia - Doutor Wilson Batista, obrigado. Mesmo discordando, é sempre um prazer receber aparte de V. Exa., pois é sempre no tom da política e do debate. Tenho algumas divergências, mas vou falar rapidamente porque não é minha intenção fazer obstrução. Vou apenas esclarecer algumas questões que V. Exa. levantou.

Sobre o Mais Médicos, no meu ponto de vista, os médicos cubanos são necessários. Eles estão vindo em maior quantidade. Se o senador Aécio Neves fosse presidente da República, está claro em seu projeto que ele retiraria daqui os cubanos. Assim, o programa Mais Médicos deixaria de existir. Ele falou. Ele disse que não aceita os médicos cubanos no Brasil, se eles não forem pagos diretamente pelo nosso país, mas o senador Aécio Neves não governa Cuba. Se ele quiser governar Cuba, que vá para lá, passe a residir lá, dispute eleições nos conselhos cubanos, entre no Partido Comunista de Cuba, ou seja, vá por dentro da legalidade que existe em Cuba, mas parece que não é isso que o senador quer. Então o senador tergiversa como sempre. Ele é cheio de platitudes. O “senador sofisma”. Ele fala que é a favor do Mais Médicos, mas sem médico cubano. Ora, mas os médicos que estão vindo são principalmente cubanos.

Povo mineiro, você que está aí no interior e está recebendo médico cubano que está ajudando o seu município, saiba que o senador Aécio Neves é contra a presença deles no Brasil e em Minas, a não ser que ele consiga convencer o Raul Castro a modificar a legislação cubana. Cada país tem o seu governo. Já pensou se o ex-governador for presidente? Ele não vai respeitar os países com que discorda e não vai ter relações com eles.

É muito engraçado: agora ele quer regulamentar as leis de Cuba. Por que ele não regulamenta as leis dos Estados Unidos? Nos Estados Unidos não há SUS nem política pública. Por que o senador Aécio Neves não fala mal do sistema particular que existe nos Estados Unidos? O Obama está suando para fazer um pouco de SUS lá. Esse país ele não critica porque ele gosta dos planos de saúde. Quem ataca o SUS e os médicos cubanos, como ele ataca, muitas vezes faz isso para privilegiar as entidades privadas de saúde. Deputado Doutor Wilson Batista, o senador quer terminar com o programa Mais Médicos, mas não consegue dizer, não fala e não



confessa. Assim como ele não confessa que quer acabar com o Bolsa Família, que os tucanos chamaram de “bolsa esmola”. Por que ele não assume que quer acabar? Mas quer. Ele diz que vai transformar o Bolsa Família em Loas, e quem estiver empregado durante seis meses perderá o benefício. O Bolsa Família é um complemento de renda. Cerca de 90% das pessoas que recebem o Bolsa Família têm emprego. É claro que é um emprego com salário pequeno, mas 90% têm algum tipo de emprego. Contudo, seis meses depois o senador vai acabar com o Bolsa Família. Para ele não atacar esse programa, dá uma de esperto, mas no final ele vai acabar. Saibam que o senador é contra baixar o preço da luz, contra médico cubano no Brasil e agora, nitidamente, contra o Bolsa Família. Essa é a minha visão em relação a isso.

Doutor Wilson Batista, concordo com V. Exa. O governo de 10 anos do PT não resolveu tudo, por isso precisamos de mais quatro anos com a Dilma, pois está resolvendo. É claro que não resolveu tudo. Como iríamos resolver todos os problemas do Brasil, como o da saúde, etc.? Não podemos voltar atrás. Não vou andar para trás, pois saio do microfone. Imaginem eleger um governo neoliberal que irá desconstituir tudo o que foi feito nesses 10 anos, sendo que tanto a mais é preciso fazer. E vamos fazer com a presidenta Dilma. Podem ficar tranquilos que a presidenta vai continuar mudando o Brasil, porque o País ainda não mudou o suficiente e o tanto que precisa.

Muito obrigado, presidente. Deputados, desculpem-me porque me alonguei um pouco, mas foi bem menos que a 1 hora a que tinha direito para fazer o debate. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, para encaminhar. É um pequeno alerta. Esse projeto é do deputado João Vítor Xavier e autoriza doação de terreno ao Município de Rio Acima. Nele também está contida uma emenda da doação de um terreno em Betim. Para que isso acontecesse, houve um esforço de todos os deputados de Betim, o deputado Rômulo Veneroso, a deputada Maria Tereza Lara, o deputado Pinduca Ferreira e o deputado Ivair Nogueira. Veio a emenda do governo, anexada ao projeto do deputado João Vítor Xavier, e houve um esforço, um entendimento de toda a bancada de Betim para que se chegasse a um bom termo. Esse era, então, um esclarecimento importante que precisava ser feito.

O deputado Ulysses Gomes* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Mensagem nº 464, do governador, referente ao Projeto de Lei nº 4.180, altera o anexo da Lei nº 18.692, de dezembro de 2009, que uniformiza os critérios de gestão e execução para transferência gratuita de bens, valores ou benefícios por órgãos e entidades da administração pública estadual, compreendendo âmbitos dos programas sociais que especifica.

Pedindo a atenção de V. Exas., queria, de forma especial, registrar ao líder da Maioria e lembrar também ao nosso presidente de que exatamente no final do ano passado apresentamos uma emenda para garantir que o governo do Estado pudesse e assim fizesse a publicação, em tempo real, das transferências de recursos dos programas, para que nós, deputados, pudéssemos, a partir da transparência real das ações do governo, obviamente exercer a nossa função de acompanhar todos os recursos do governo. E citava dois exemplos. Um é a Lei de Transparência, que obriga a publicidade de todos os atos, e, quanto à forma dessa publicidade, citávamos então o exemplo do governo federal.

Hoje qualquer cidadão que queira acompanhar a transferência de recurso, todos os recursos encaminhados ao Estado e ao município, tem condições, sem se identificar nem preencher formulário, de entrar num *site* de transparência, por exemplo, no *site* do governo e acompanhar. Não é à toa que todos os deputados aqui têm acesso a essas informações. Quando apresentamos um dado ou outro, deputado Paulo Guedes, todos os deputados têm informação do governo federal. É só entrar no *site* que obterão todas as informações de recurso de transferência, projetos e investimentos, ou seja, todos os recursos do governo federal, em tempo real, como está, o que foi empenhado, pago e como será. Fato esse que infelizmente não acontece no governo do Estado. Não temos condições de acompanhar a transferência de recursos para os municípios, as nossas emendas, a execução de empenho e de encaminhamento e pagamento de alguma obra que esteja em execução. Você tem um relatório consolidado do ano anterior. Quando se entra no *site*, não existe isso.

Como eu estava dizendo, no ano passado, exatamente nesse período, às vésperas da votação do orçamento, não conseguimos uma emenda nossa que obrigava o governo a publicar, ou seja, a tornar isso público e ser mais transparente nesse processo, deputada Maria Tereza Lara. Houve toda uma conversa e um acordo para que, no ano de 2013, juntamente com o deputado André Quintão, elaborássemos um projeto de transparência. O ano inteiro esse projeto tramitou na Casa, mas não se conseguiu o apoio dos líderes para que, na prática, fosse implementado pelo governo e, havendo essa garantia, fosse votado. Houve um compromisso assumido com o presidente e o líder da Maioria para a retirada da nossa emenda no final do ano passado, a fim de que o orçamento pudesse ser votado, na garantia de que o projeto de lei, ao tramitar nesta Casa este ano, pudesse ser votado. Mais uma vez, isso não aconteceu.

No entanto, na oportunidade desse projeto que fala exatamente sobre as transferências gratuitas de bens que o governo terá de fazer no ano que vem, estamos propondo uma emenda que venha a garantir um acesso total à população, com transparência e acesso facilitado ao *site*. Algo simples quando há vontade política de fazer. O governo diz que tem dificuldade, isso e aquilo. No entanto, se houver vontade política de fazer com que as ações do governo tenham transparência, a população acompanhe e o nosso papel de fiscalização seja efetivamente cumprido, certamente, deputado Paulo Guedes, o governo teria e tem condições de fazer.

Por fim, pedi, mais uma vez, ao nosso líder da Maioria a compreensão da importância desse processo e que, a partir dessa emenda - aliás, depois a lei -, pudéssemos garantir que o governo do Estado oferecesse à população de Minas Gerais total acesso a informações sobre transferência de recurso em cada ato do governo, dos seus contratos, projetos e das nossas emendas.

O deputado Paulo Guedes (em aparte)* - É muito importante, deputado Ulysses Gomes, essa sua ponderação e mais ainda a ideia dessa emenda para que o governo do Estado tenha transparência em suas ações. Já vimos acompanhando, por exemplo, o Portal da Transparência do governo federal, que funciona muito bem. Aliás, a Lei da Transparência, deputado Ulysses Gomes, já está sendo aplicada na maioria dos municípios brasileiros, até nos pequenos. A maioria deles já têm o Portal da Transparência. Agora, já alguns estão muito atrasados, por exemplo, Montes Claros, onde há uma indecência porque não tem transparência alguma na administração.



E mais do que isso, quero aproveitar, deputado Ulysses Gomes, para denunciar mais um absurdo cometido pelo prefeito Ruy Muniz, em Montes Claros.

Não satisfeito com todo desmando praticado durante o ano, não conseguir tapar um buraco, não fazer a limpeza adequada da cidade - temos bairros que ficam 15 dias sem a coleta de lixo -, não resolver os problemas das estradas, não fazer as obras, agora o prefeito, que já comprou briga com todo mundo e não repassa os recursos para os hospitais e brigou com a Câmara de vereadores, com os carroceiros, os servidores públicos e as comunidades rurais, resolve brigar com a população inteira, propondo um aumento de IPTU que chega, em alguns bairros, a 1.000%. É isso mesmo: 1.000% de aumento é a loucura que o prefeito Ruy Muniz quer implantar em Montes Claros. Então estamos mobilizando a população. Amanhã, às 14h30min, esse projeto será votado na Câmara de Montes Claros. Então aproveito este espaço para convocar a população de Montes Claros para comparecer a essa reunião para que possamos barrar mais uma atitude louca do prefeito, que a cada dia parece mais pirado, parece que enlouqueceu de vez, querendo aumentar o IPTU de Montes Claros em 1.000%. Fica o registro.

Quero agradecer ao deputado Ulysses o aparte. Muito obrigado, deputado Ulysses.

O deputado Ulysses Gomes* - Agradeço ao deputado Paulo Guedes. Quero compartilhar com V. Exa. as nossas emendas. (- Lê:) "Conforme manifestação desta comissão, em 1º turno..." Quero relatar o momento da discussão, durante o processo na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. "Altera a Lei nº 18.692, de 30 de dezembro de 2009, que uniformiza os critérios de transferência gratuita de bens, valores ou benefícios por órgãos e entidades, compreendidos no âmbito dos programas sociais que especifica. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta: Art. 1º - Fica acrescentado ao Art. 1º da Lei nº 18.692, de 30 de dezembro: § 4º - O Anexo desta lei inclui programas que desenvolvem ação governamental, em conformidade com os objetivos previstos no art. 2º. Art. 9º - (...) Parágrafo único - A continuidade do programa social previsto em mais de um programa governamental do PPAG, ainda que com denominação distinta, prorroga a sua regulamentação em contrário às alterações regulamentares. Art. 3º - O art. 11 da Lei nº 18.692, de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação: 'O Poder Executivo promoverá a transparência e ampla publicidade dos atos, serviços, programas e projetos de caráter social, bem como dos recursos oferecidos em critério para concessão.'" Isso está previsto hoje na lei de transparência.

O governo federal já trabalha dessa forma: garante, nos *sites*, que todo e qualquer cidadão tenha acesso a esse tipo de informação. É inaceitável que o governo do Estado não se disponha a implementar uma ação como essa, deputada Maria Tereza: garantir a cada um dos cidadãos de Minas Gerais a transparência ampla das suas ações de transferência de recursos.

(- Lê:) "Parágrafo único - A transparência e publicidade a que se refere o *caput* deste artigo mediante: I - disponibilização na internet, para amplo acesso, das informações referentes a projetos, parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres para transferências voluntárias ou jurídicas, de forma a permitir a identificação: a) do beneficiário da transferência; b) do objetivo da transferência; c) da data da assinatura do instrumento da transferência; d) do valor inicial, datas de liberação dos recursos e data da apresentação da prestação de contas pelo beneficiário da transferência". Ou seja, estamos propondo o que já está em lei, o que o governo federal, que aqui é tão questionado por vários deputados da oposição a esse governo... Não há como não reconhecer a facilidade que cada um e cada uma aqui tem de ter informações das ações do governo federal, obviamente usufruindo delas e fazendo a avaliação que pretenda. Por isso, sempre que apresentamos aqui ações do governo, vários deputados aparecem com documentos mostrando o volume de recursos que o governo federal repassa para Minas Gerais.

Como é possível saber disso? Além de vários mecanismos, como requerimentos e tantos outros, qualquer cidadão, qualquer deputado ou deputada pode fazer isso pela internet. Estamos pedindo o apoio a essa nossa emenda, que sugere e propõe exatamente que, a exemplo dessa experiência positiva do governo federal de ter total transparência de seus atos em relação aos recursos públicos, Minas Gerais também seja transparente.

No art. 4º, sugerimos que o art. 14 da Lei nº 18.692, de 2009, passe a vigorar com o seguinte texto: "Ao decorrer da execução de transferências de forma parcial, sem prejuízo, devendo ser disponibilizados na internet: I - informação referente à aprovação ou rejeição das prestações de contas; II - meios para apresentação de denúncias sobre a aplicação regular dos recursos de transferência". Art. 5º". Segue toda a proposta da legislação.

Enfim, presidente, ainda tenho tempo. Acho que poderemos avançar muito na nossa discussão. Além disso, estou aguardando o retorno do presidente.

Não é. Estão dizendo que há sacanagem da minha parte, mas não há. Primeiro, estou no meu direito. Como falaram isso, é melhor esclarecer. Acredito, deputado, que estou no meu direito de expor o que quero. Por que não posso falar? O que o senhor está falando? Só quero dizer que, primeiro, estou no meu direito de expor minhas opiniões e, segundo, peço a compreensão de todos, porque estou aguardando um retorno do presidente para tentarmos avançar na aprovação dessa importante emenda. Então, retiro o que disse, deputado, se assim atende melhor a V. Exa.

O importante é que quero usar o tempo que ainda tenho, ou seja, 44 minutos, para expor tudo. Vou ler todo o projeto, para que cheguemos a um entendimento. Se o presidente me permitir mais 1 minuto depois, poderei concluir..

O deputado Jayro Lessa (em aparte)* - Deputado Ulysses, V. Exa. vai usar os 44 minutos?

O deputado Ulysses Gomes* - Vou ler o projeto.

O deputado Jayro Lessa (em aparte)* - Mas V. Exa. vai usar os 44 minutos?

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Deputado Ulysses, V. Exa. vai usar seus 44 minutos? Queria lhe explicar uma coisa. Todos os deputados estão aqui aguardando, e o presidente Dinis Pinheiro receberá hoje, na cidade de Araxá, o título de Cidadão Honorário daquela cidade. A população está toda lá esperando o deputado Dinis Pinheiro. Então, gostaria de contar com sua colaboração.

Tenho de estar em Itabirito agora, às 19h30min, para entrar em campo, porque faremos um jogo de confraternização no estádio municipal do União. Gostaria de contar com a colaboração de V. Exas. para votarmos, em 2º turno, o projeto dos animais de circo. O pessoal está aguardando.



Gostaria de registrar a presença neste Plenário - já que V. Exa. e o presidente não fizeram isso - do grande deputado federal Marcus Pestana. Eu o vi conversando com os eleitores dele, com o deputado Sávio Souza Cruz e com o pessoal do PT. O Pestana é candidato ao governo de Minas, e, ao invés de ele procurar o Alencarzinho, o Gustavo e o pessoal do PSDB, ele procurou o pessoal do PT e do PMDB. Ao invés de ele conversar com o Mosconi, ele estava conversando com o deputado Sávio Souza Cruz. V. Exa. tem de convir que temos de acreditar no nosso colega de Parlamento e ex-secretário de Saúde, companheiro Marcus Pestana, a quem devemos dar as boas-vindas. Ele já está com um corpinho gordinho de governador. Obrigado.

O deputado Ulysses Gomes* - Atendendo ao pedido do nobre deputado, que tem um jogo importante, gostaria de encerrar minhas palavras.

O deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - É importante esclarecer que a emenda do deputado Ulysses Gomes vem ao encontro do que o governo de Minas tem feito, que é a questão da transparência. Hoje o portal do governo de Minas esclarece praticamente todos os convênios e tudo o que é feito, não com o detalhamento desejado pelo deputado Ulysses Gomes, que é o acompanhamento, *pari passu*, de cada momento, de cada centavo que é liberado.

Na verdade, o governo confessa sua impossibilidade física, material de alimentar o sistema com essa rapidez. Mas, na direção da emenda que V. Exa. apresentou, propomos à sua assessoria - já conversamos com o deputado e ele concordou - uma emenda com esse objetivo. Ela atenderá ao objetivo desejado pelo deputado, que é o da transparência. Isso é o mais importante para nossa sociedade. O governo também terá condições de alimentar o sistema. Não adianta termos uma lei que determine a transparência. O governo quer fazer transparência. Ela existe, de fato, mas não adiantará se o governo não quiser fazer o detalhamento. Em conjunto com o governo, com o deputado e com a assessoria técnica nessa área de informática, estamos terminando a construção de uma subemenda. Acho que ela vai comportar bem o que V. Exa. pretende, que é o mais importante para a sociedade: a transparência dos atos governamentais. Esse é meu aparte, deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes* - Muito obrigado, deputado Lafayette de Andrada. Gostaria de registrar nosso entendimento nesse encaminhamento, de fazer um ajuste na emenda, para que ela seja aprovada na sua totalidade, sendo que será regulamentada a forma da execução. Obviamente, na execução, estabelecida pelo regulamento, deveremos ser ouvidos e propor algumas ações. Volto a falar sobre a boa experiência que temos dos atos do governo federal, de total transparência dos nossos atos e do exemplo do nosso deputado federal Weliton Prado. Ele, com certeza, atua lá em Brasília e tem acesso total a essas informações do governo federal. Não tenho dúvidas de que, lá em Brasília, trabalhando como ele trabalha todos os dias, poderá ter acesso aos recursos, às informações do governo do Estado e contribuirá, ainda mais, para a excelência do seu trabalho, na defesa dos interesses de Minas Gerais. Esse é nosso entendimento, essa é nossa proposta. Nesse sentido, no acordo com o líder, queria encaminhar a votação, solicitando o apoio de cada companheiro e companheira, para que, ao aprovarmos esse projeto, aprovemos essa emenda que vai garantir ao governo do Estado oferecer à população de Minas Gerais acesso total às informações.

Sempre recebemos nesta Casa manifestantes, militantes e apoiadores de várias causas. Hoje estamos recebendo o Movimento Mineiro pelos Direitos Animais. Tenho certeza de que cada um de vocês, que participam aqui, com a aprovação dessa lei, vai poder acompanhar, mais e melhor, os atos do governo, em ações e programas relacionados, por exemplo, a programas de defesa e proteção dos animais.

Como saber para onde vão os recursos? Agora, com essa aprovação, todos vocês e os militantes de outras causas poderão acompanhar a questão.

Então, quero reconhecer e agradecer o entendimento dos deputados.

O deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Sou obrigado a apartear o deputado Ulysses Gomes. Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e solicitar à presidência que dê andamento à reunião. Sr. Presidente, deputado Dinis Pinheiro, o deputado Ulysses Gomes já me concedeu um aparte para prosseguir com a reunião.

O deputado Ulysses Gomes* - Quero agradecer o presidente pelo apoio e por toda a dedicação. Ele assumiu esse compromisso conosco no ano passado e agora o está cumprindo. Com certeza, ele deu contribuições importantes para que esse projeto de lei, construído com o nosso companheiro Zé Maia na Comissão de Fiscalização Financeira, desse oportunidade de permitirmos mais acesso à informação à nossa população.

Então, presidente, quero parabenizá-lo. Cada vez mais, V. Exa., à frente desta Assembleia, vem promovendo a transparência e vem dando oportunidades a todos os cidadãos. Neste momento, V. Exa. constrói e apoia mais um ato, dando exemplo da sua capacidade de liderança à frente desta Casa Legislativa.

O deputado Duarte Bechir (em aparte)* - Agradeço o aparte. Quero solicitar aos nobres pares que não se afastem do Plenário, porque vamos continuar a votação. *O.K.* Passo a palavra ao orador.

O deputado Bosco (em aparte)* - Quero agradecer ao ilustre deputado Ulysses Gomes a oportunidade e ao mesmo tempo cumprimentá-lo pela contribuição que está oferecendo à discussão do Projeto de Lei nº 4.180, inclusive com a apresentação de emendas.

Deputado Ulysses, Srs. Deputados, estamos nesta reunião com muito gosto, até porque esse é o nosso ofício e a nossa obrigação, para votar assuntos de interesse de Minas Gerais. Mas gostaria de pedir ao presidente e aos nossos líderes que a mesma atenção que está sendo dada à oposição para que se chegue a um acordo seja dada também aos deputados da situação, porque também temos emendas e pendências junto ao governo que precisam ser acertadas e estamos ficando para segundo plano. Então, a mesma atenção que sabemos estar sendo dada pelas nossas lideranças, com muita tranquilidade e de forma democrática, à oposição que também seja dada aos deputados da base do governo.

Eu, por exemplo, tenho uma emenda parlamentar destinada a um hospital de Araxá, o Hospital Casa do Caminho, que já foi apresentada por este deputado em conjunto com mais dois deputados federais. Essa emenda foi apresentada em caráter de urgência e emergência, porque o hospital estava para fechar. Com a destinação dessa emenda, o hospital está funcionando aos trancos e barrancos, mas ela ainda não foi paga. Portanto, gostaria de pedir às lideranças que nos ajudem junto à Secretaria de Saúde, ao



secretário Antônio Jorge, para que essa emenda seja paga da mesma forma como está sendo proposto o pagamento das emendas da oposição.

Portanto, gostaria de agradecer ao deputado por esta oportunidade de fazer esse chamamento, porque acho muito importante a composição da oposição neste momento de votação final do exercício, a participação da base do governo e sua valorização aqui.

Por exemplo, cara deputada Maria Tereza Lara, hoje, dia 19, é aniversário de Araxá. Neste exato momento está acontecendo um grande evento no Grande Hotel, um evento dirigido pela Câmara Municipal, com entrega da medalha Calmon Barreto, instituída pelo governo do Estado. Deixamos de participar desse evento importantíssimo de aniversário de 148 anos de Araxá para que aqui pudéssemos estar presentes.

Vejo aqui que estão faltando neste Plenário muitos deputados da nossa base parlamentar. Isso precisa ser verificado. Então, ficam essas nossas considerações para que os nossos líderes, principalmente o nosso líder maior, deputado Bonifácio Mourão, possa atender também os deputados da base, fazendo a ponte junto ao nosso governo, a fim de que as nossas emendas também tenham atenção especial, da mesma forma que as emendas estão tendo por parte da oposição.

Deputado Ulysses Gomes, nada contra esse processo democrático que V. Exa. está aprendendo a conhecer cada dia mais na Assembleia, mas acho que aqui temos os mesmos direitos e os mesmos valores. Todos aqui têm um voto, e ninguém é diferente de ninguém. Então, acho que temos de ser tratados de forma igualitária. Se uns precisam merecer uma atenção especial agora para estar aqui dando quórum, votando orçamento e outros projetos importantes, a base também precisa ter essa atenção.

Muito obrigado, pela oportunidade, deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes* - Muito obrigado, deputado Bosco. Antes de conceder a palavra à deputada Maria Tereza Lara, quero registrar aqui que recebi a ligação do nosso companheiro de Casa, hoje membro do Tribunal de Contas, o deputado Doutor Viana. Ele deixou um abraço a todos, desejando-lhes um feliz Natal. Quero agradecer publicamente a ele pela parceria e pelo reconhecimento.

A deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Deputado Ulysses Gomes, quero cumprimentar V. Exa., que veio lá do Sul de Minas. É o seu primeiro mandato e já marcou profundamente esta Casa com seu trabalho parlamentar. Concordo com V. Exa. Na verdade, temos de radicalizar a transparência exatamente para que a democracia representativa e, mais ainda, a participativa possa se fortalecer. Isso é fundamental para nós. Então, quero cumprimentá-lo e apoia-lo.

Também quero cumprimentar aqui o deputado Bosco por ser um deputado atuante. Quero ser solidário a ele, assim como ao nosso presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, que realmente tem lutado para que a base possa ter seus direitos atendidos, viu, deputado Duarte Bechir? Realmente é fundamental nesta Casa que todos os parlamentares sejam importantes.

Numa democracia, a oposição é extremamente importante, assim como a base de governo. No diálogo e nas contradições, até no conflito, é na verdade que se fortalece a democracia - sempre na verdade - e também no compromisso das palavras dadas. Acredito que aqui, no Parlamento, não podemos abrir mão de cumprir exatamente os acordos, porque a palavra dada tem de ser cumprida. Na palavra “parlamento”, “parla” significa “falar”, então, se perdermos a credibilidade na nossa palavra, realmente poderemos fechar o Parlamento - não é deputado Doutor Wilson Batista, que também tem dado uma grande contribuição aqui?

Deputado Ulysses Gomes, queria dizer isso. As suas reivindicações são sempre no rumo de fortalecer este Parlamento, fortalecer a democracia. Quero cumprimentá-lo por isso.

O deputado Ulysses Gomes* - Quero agradecer a todos que me antecederam.

O deputado Fabiano Tolentino (em aparte) - Deputado Ulysses Gomes, V. Exa. está realmente fazendo um trabalho fantástico. Acho muito importante também a questão da transparência, que o senhor tanto busca e por que tanto luta nesta Casa. Parabéns! Também estamos juntos nesse desafio. É imprescindível!

É claro que o governo virá depois regulamentando. Estamos montando a emenda para que ela fique boa. Mas dará tudo certo. É um trabalho fantástico! V. Exa. defende valores notáveis e está defendendo aqui também a perspicuidade. Acho que o Poder Legislativo precisa ser cada vez mais transparente e aí, sim, mostrar a toda população, que defendemos, todas as questões das emendas. Parabéns por salvaguardar um tema tão primordial nesta Casa.

O deputado Ulysses Gomes* - Deputado Fabiano Tolentino, agradeço-lhe e parabeno-o pelo trabalho e pela liderança que tem em toda a região Centro-Oeste e demais cidades em que V. Exa. atua.

Quero dizer que ações como essas me alegram muito e tenho certeza de que alegram a todos, porque mostram que nosso Poder, que aqui é representativo e democrático, exerce isso na essência. É exatamente no diálogo, no debate, nas divergências que tentamos o consenso em algumas ideias. Este é um exemplo: um projeto que o governo está apresentando, encontrando caminhos para que a ação possa ser ainda mais transparente, com maior acesso a toda a população. Muito obrigado a todos pelo entendimento e pelo apoio. Espero aprovarmos e avançarmos nesse sentido.

Para encerrar - sei que todos querem prosseguir - e não precisar intervir depois, quero registrar meu carinho e meu respeito a cada um dos colegas que aqui trabalham conosco, desejando um feliz Natal e um Ano-Novo de muita prosperidade e desafios para todos. Em especial para toda a população de Minas Gerais o nosso abraço e o nosso carinho. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia - Presidente, serei rápido. Que o povo mineiro e os deputados não confundam, pois o projeto de lei do governo é para acabar com a Ademg, mas estamos precisando é de por um fim à dengue, ao mosquito da dengue. Com este parece que o governo não tem nenhuma preocupação. Minas Gerais foi campeão, repito, com 111 mortes e 350 mil casos de dengue. O Estado foi campeão da dengue. Saúde em Minas Gerais, no governo de Minas, é um absurdo. “Ah, mas a dengue é nacional.” Não, nesse caso Minas foi campeão, deu um *show* de dengue. Foi o estado que mais teve dengue. A desculpa do secretário é que o mosquito que estava em Minas era diferente, era um novo tipo de mosquito. E por que esse mosquito não foi para outro estado? Esse mosquito só mora em Minas? O mosquito não passa das cidades do Triângulo Mineiro para Goiás. Ele não vai para o Mato Grosso. Ele tem medo de jacaré no Pantanal, então ele não vai. Esse mosquito não vai ao Rio de Janeiro, nem para as praias do Espírito Santo. Nas cidades do Leste, o mosquito não vai, pois ele não gosta dos ares praianos. No Sul de Minas, o mosquito provavelmente sente muito frio. Em São Paulo,



ele tem medo da poluição. Então não vai a São Paulo e não passa do Norte de Minas, pois não gosta de baiano. Esse mosquito é arretado. Diz o secretário que mudaram os prefeitos, então isso atrapalhou. Jogou a culpa nos novos prefeitos, mas a eleição foi no Brasil.

Infelizmente o que acabou é a Ademg. E ela está acabando porque o governo, o senador Aécio Neves, quando governador, doou o Mineirão. Como já expliquei, ele está com projeto de lei, com sentenças judiciais. Aliás, estão na Justiça duas ações judiciais relativas a problemas ocorridos no Mineirão, conforme auditoria do Tribunal de Contas.

A auditoria técnica foi feita, terminou, e os conselheiros agora a jogaram na gaveta. Portanto eles não analisam, de forma alguma, a auditoria técnica que mostra que na obra do Mineirão houve superfaturamento. Então, refiro-me a obras pagas e não realizadas, jogo de planilhas e falta de licitação no projeto de engenharia e arquitetura, que custou quase R\$20.000.000,00. Era um projeto maravilhoso para fazer muitas coisas, mas ele sequer foi usado. Ele foi feito apenas para aquela empresa ganhar a licitação - aliás, para ser contratada por um preço absurdo, já que não houve licitação. Depois, a Minas Arena, empresa que ganhou para fazer a reforma, usou outro projeto, muito mais barato que aquele no qual o governo gastou tantos recursos. Está na Justiça. São palavras do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Estado e da Auditoria do Tribunal de Contas. O irmão do Sávio é um competente procurador de justiça, é concursado. Ele é muito importante, foi um dos denunciante e é uma pessoa por quem tenho todo apreço. E agora todo o Ministério Público de Minas Gerais, as promotorias de defesa do patrimônio entraram com outra ação, agora no âmbito do Estado. Então, há duas ações em relação ao Mineirão.

Vou terminar, presidente, para não chatear os deputados, devido ao tempo. Como o Aécio doou o Mineirão para uma empresa privada, que é a Minas Arena, aliás, essa empresa já recebeu do governo do Estado cerca de R\$80.000.000,00, do acordo mal feito com o Estado, ela recebe, além do lucro dos jogos, dinheiro do Estado - R\$80.000.000,00. E a grande parte disso sabem de onde vem? Da Cfem, rubrica da Cfem. Tira-se dinheiro daquilo que foi arrecadado para a questão do minério, que era para recuperação ambiental, de estradas, etc. e joga-se para Minas Arena, no Mineirão. Esse é o fator. Então, estão acabando com a Ademg. Por que estão terminando com a Ademg? Parece sabem o quê? Queima de arquivo. Então vão acabar com a Ademg.

Fiz uma emenda, que foi rejeitada na comissão, solicitando que todos os contratos fossem remetidos à Assembleia Legislativa para análise. A emenda foi rejeitada. O governo disse que não é para remeter para cá os contratos que foram feitos, para que a gente não possa analisar. Eu queria saber desses contratos que a Ademg fez, em que há muitas dúvidas. Então, presidente, está parecendo queima de arquivo. Vou votar contrariamente por esse motivo.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 6/1/2014, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Agostinho Patrus Filho

nomeando Alice da Conceição Alves Costa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;
nomeando Allison Braga Couto para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Dalmir José de Sá para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;
nomeando Diônatas Rezende Gonçalves para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;
nomeando Elçon Alves Pires para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;
nomeando Elisângela Rosa de Oliveira para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;
nomeando Gilberto Bernardino para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas;
nomeando Ivânia Maria Souto de Azeredo Barbosa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;
nomeando Marilda Lara Braga Saraiva para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;
nomeando Marília Augusta da Silva Duarte para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;
nomeando Milton Ferreira de Oliveira Neto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
nomeando Paulo André Nunes para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas.

Gabinete do Deputado Rômulo Veneroso

exonerando Benito Cezar Salgado Gomes do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
exonerando Eloy Brisanti do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Eloy Brisanti para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;
nomeando Fabricio Jorge Valentim para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Felipe Tanure Guedes para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Alice da Conceição Alves Costa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas;

exonerando Dalmir José de Sá do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas;



exonerando Gilberto Bernardino do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas;

exonerando Ivânia Maria Souto de Azeredo Barbosa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas;

exonerando Paulo André Nunes do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91/2013

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 221/2013

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 23/1/2014, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a confecção de placas, medalhas e *pins*.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 6 de janeiro de 2014.

Evamar José dos Santos, diretor-geral em exercício.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 92/2013

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 224/2013

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 22/1/2014, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de bancos de bateria externos para *nobreak*.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 6 de janeiro de 2014.

Evamar José dos Santos, diretor-geral em exercício.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/2013

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 229/2013

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 21/1/2014, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de receptores de ponto eletrônico VHF.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 6 de janeiro de 2014.

Evamar José dos Santos, diretor-geral em exercício.

TERMO DE ADITAMENTO ADT/189/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Akai Locadora de Caçambas Ltda. Objeto: prestação de serviços de coleta e remoção de entulho por meio de caçambas estacionárias. Objeto do aditamento: quarta prorrogação do contrato. Vigência: 24/04/2014 a 23/04/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.